

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 68, I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta a consideração desta Casa de Leis. o seguinte:

PROJETO DE LEI 075/2019

Súmula: Altera as Leis 3.593/2012 e 2.909/2009, e dá outras providências.

Art. 1º - Altera o art. 1º da Lei 3.593/2012 que passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 1º - Esta lei cria um Fundo para prover as melhorias na área de Cultura da Cidade de Irati e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação no Município, sem prejuízo dos investimentos, manutenção e obras pelo Município e outros entes públicos e privados.”

Art. 2º - Altera o art. 3º da Lei 3.593/2012 que passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 3º - O Fundo será gerido pela Secretaria de Cultura, Patrimônio e Legado Étnico em conjunto com a Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Cultura.”

Art. 3º. Revoga o inciso IV do art. 4º da Lei 3.593/2012.

Art. 4º. Revoga o inciso XVI do art. 2º da Lei 2.909/2009.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 23 de agosto de 2019.



Amilton Komnitski
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI 075/2019

Súmula: Altera as Leis 3.593/2012 e 2.909/2009, e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente.

Nobres Vereadores.

Estamos encaminhando para apreciação desta Casa de Leis o Projeto de Lei em tela que altera as Leis 3.593/2012 e 2.909/2009, e dá outras providências.

A alteração do artigo 1º e 3º da Lei 3593/2012 faz-se necessária para a emissão do CNPJ para o Fundo a que se reporta a Lei supracitada, considerando exigência da Secretaria da Fazenda para definir a gestão do Fundo sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura, Patrimônio e Legado Étnico, em conjunto com a Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Cultura.

Na sequência, revoga-se o inciso IV do artigo 4º da Lei 3593/2012 considerando a inclusão da Secretaria de Cultura, Patrimônio e Legado Étnico na administração do Fundo em questão.

O inciso XVI do artigo 2º da Lei 2909/2009, alterado pelo artigo 10 da Lei 3593/2012, fica revogado diante da inclusão acima citada.

Diante do exposto, confiando no alto grau de espírito público que norteia as decisões desta Casa de Leis, pedimos e esperamos a aprovação do presente projeto.

Atenciosamente



Amilton Komnitski
Prefeito Municipal